

Jornal Senado Mulher

Informativo mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Senadoras impulsionam campanha Mais Mulheres na Política

Parlamentares reuniram-se em almoço no dia 30 de junho para discutir estratégias de atuação conjunta em favor da reserva de cotas para gênero na discussão da reforma política no Senado.

Para intensificar o debate na Casa, as senadoras deverão iniciar campanha de convencimento e sensibilização dos senadores de todos os partidos. A primeira ação tem como foco a veiculação de vídeo com depoimento das próprias parlamentares, assim como de senadores e lideranças políticas favoráveis à proposta, nas mídias sociais de forma indistinta.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora especial da Mulher do Senado, disse que as senadoras estão otimistas e sugeriu a confecção de fôlder educativo com esclarecimentos sobre a importância do apoio à representação feminina na política. Segundo ela, a publicação será distribuída às lideranças políticas no Congresso e nos estados, no formato perguntas e respostas.



Marcelo Favaretti

Senadoras discutem detalhes sobre a inclusão de cotas na reforma política

A senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) anunciou o lançamento da campanha Mais Mulheres na Política, em Aracaju, no dia 17 de agosto e a senadora Lúcia Vânia (sem partido-GO) confirmou o dia 27 de agosto para a cidade de Goiânia receber a campanha.

Estavam presentes as senadoras Ana Amélia (PP-RS), Ângela Portela (PT-RR), Gleisi Hoffmann (PT-RS),

Lídice da Mata (PSB-BA), Marta Suplicy (sem partido-SP), Simone Tebet (PMDB-MS) e a deputada federal Jô Moraes (PCdoB-MG).



Cartaz de divulgação da campanha

Vale acompanhar

O relator da proposta da reforma política no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), acatou proposta das senadoras e deputadas na reunião da comissão do dia 1º de julho que assegura um percentual mínimo de 10% de vagas nas Casas legislativas para serem preenchidas por mulheres nas primeiras eleições após a vigência da lei. Essa cota passaria para 12% nas eleições seguintes e para 16% na terceira eleição.

Comissão parlamentar visitará estados

Na reunião do dia 1º de julho, a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, presidida pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS), aprovou requerimento da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) para diligências nas cinco regiões do país com o objetivo de conhecer políticas públicas de enfrentamento à violência.

As parlamentares aprovaram ainda requerimentos da deputada Iracema Portella (PP-PI) e da senadora Regina Sousa (PT-PI) para que um grupo de parlamentares vá ao Piauí visitar as famílias das quatro meninas vítimas de estupro coletivo ocorrido na cidade de Castelo do Piauí, em maio de 2015, e que causou a morte de uma das menores.

Também foi aprovado requerimento de Simone Tebet de audiência pública com Eleonora Menicucci, ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres, para discutir alternativas punitivas a ofensas contra as mulheres na internet.



Senadoras discutem diligências para conhecer casos de violência contra a mulher nos estados



Deputadas e senadoras recebem representante em visita oficial

ONU Mulheres visita Congresso

Luiza Carvalho, diretora regional da ONU Mulheres das Américas e do Caribe, apresentou-se às senadoras e deputadas no dia 23 de junho e elogiou as iniciativas legislativas das parlamentares e o esforço suprapartidário em favor da luta das mulheres. Ela destacou ainda o primordial papel da presidente Dilma Rousseff para o Brasil. “É muito importante a gente conhecer os anjos que estão fazendo milagres”, declarou.

A visitante citou avanços no Parlamento brasileiro no combate à violência contra a mulher, como a Lei do Feminicídio (Lei 13.104, de 9 de março de 2015), e os esforços do Senado e da Câmara dos Deputados na conquista de melhorias de bem-estar, igualdade de gênero e também macroeconômicas.

As parlamentares mostraram à diretora os números da sub-representação das mulheres nas Casas Legislativas e o quanto a campanha Mais Mulheres na Política tem sido apoiada pela sociedade de forma indistinta. Senadoras e deputadas manifestaram interesse em compartilhar iniciativas da entidade internacional pelo fim da discriminação de gênero.

Livreto reforça campanha de cotas

Lideranças políticas femininas, coordenadas por senadoras e deputadas, lotaram o Salão Nobre da Câmara dos Deputados no dia 16 de junho para conhecer a segunda edição do livreto *Mais Mulheres na Política*, em favor do empoderamento político da mulher nos três níveis do Parlamento brasileiro.

Com lenços lilases e vermelhos no pescoço e cartazes nas mãos, elas cantaram a palavra de ordem “Reforma, política, tem que acontecer, eu quero ver o povo e as mulheres no poder”. A ideia é mostrar que o Brasil não pode continuar ocupando a vergonhosa 158ª posição do *ranking* mundial da representação política feminina.



Vanessa Grazziotin fala às lideranças

Cuiabá recebe campanha Mais Mulheres na Política

Ato organizado pelo gabinete do senador José Medeiros (PPS-MT) reuniu centenas de lideranças políticas locais e entidades da sociedade civil no Plenário da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, no dia 22 de junho, em favor de mecanismos que garantam a ocupação de vagas pelas mulheres no Poder Legislativo.

Coordenada em nível nacional pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado e pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, a campanha vem ganhando apoios em todas as regiões do Brasil.

Para José Medeiros, o tema precisa ser discutido entre as lideranças, uma vez que não basta apenas o partido ter 30% de candidaturas femininas, conforme a legislação atual. Segundo a presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato



Senador José Medeiros (4º à dir.) dirige mesa de debates em Cuiabá

Grosso (TRE-MT), Maria Helena Póvoas, a situação causa efeito colateral não previsto. “Os partidos cumprem a legislação de ter candidaturas femininas, mas largam a mulher no meio do caminho”.

Para mulheres vitoriosas na eleição como a prefeita de Várzea Grande, Lucimar Campos (DEM), o desafio é quebrar o machismo na sociedade. “Somos escolhidas pela capacidade, porque podemos dar o melhor de nós para aqueles que representamos”.

Também participaram do evento Adriana Vandoni, secretária extraordinária do Gabinete de Transparência e Combate à Corrupção; Juliana Nogueira, presidente da Comissão dos Direitos da Mulher da OAB-MT; Kellen Nogueira, superintendente da Polícia Rodoviária Federal (PRF-MT); Amini Haddad, diretora da Secretaria de Gênero da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB); e Rosa Morceli, da União Brasileira de Mulheres (UBM), entre outros.



Artigo

Isentar ou não do Imposto de Renda a pensão alimentícia dos filhos?

A incidência de Imposto de Renda sobre a pensão alimentícia recebida pelos filhos e filhas e sua provável inconstitucionalidade é algo que passa ao largo das discussões no Congresso Nacional quando o assunto é reforma tributária.

Não há dúvidas de que os pais têm o dever de sustento dos filhos e esses o direito de ter sua sobrevivência garantida pelos pais, nem que a criança, o adolescente e o jovem têm especial proteção do Estado quanto ao direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, etc.

Na sociedade conjugal, o pagamento das despesas necessárias ao sustento dos filhos é feito de comum acordo entre o casal, mas fora dessa sociedade normalmente se levanta o valor das despesas, busca-se a chancela judicial e, depois de recebido pela representante legal dos filhos, esse valor passa a compor o *quantum* necessário ao sustento dos filhos. De acordo com a série histórica do IBGE de 2003 a 2011, em quase 90% dos casos de divórcio, as responsáveis pela guarda dos

filhos menores têm sido as mulheres.

Tamanha é a importância da garantia da pensão alimentícia para o sustento dos filhos que temos lei específica a respeito. Além disso, a Convenção dos Direitos da Criança enfatiza a obrigação de o Estado adotar todas as medidas adequadas para assegurar o pagamento da pensão alimentícia por parte dos pais ou de outras pessoas responsáveis pela criança.

Paradoxalmente, o Estado, por meio da lei tributária, entra na vida dos filhos/as que recebem a pensão alimentícia para retirar parte do que foi fixado para a sua sobrevivência, a título de Imposto de Renda. Tal medida afronta a Constituição federal no que tange ao tratamento igualitário devido aos filhos, estejam eles ou não convivendo com os pais na sociedade conjugal e impõe ônus, exatamente sobre aqueles em situação de maior vulnerabilidade.

** por Maria Terezinha Nunes, Coordenadora do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal.*

Pauta Feminina discute mortalidade da mulher negra no Brasil

O impacto da mortalidade materna sobre a comunidade negra foi a preocupação das especialistas na 24ª edição do projeto no dia 9 de junho, no Plenário da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados.

O tema foi escolhido em lembrança ao Dia Internacional de Luta Pela Saúde da Mulher e ao Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna, 28 de maio.

De acordo com dados do último Relatório Socioeconômico da Mulher, elaborado pelo governo federal, a população negra é a que mais morre por causas obstétricas (62,8% das mulheres negras x 35,6% das mulheres brancas).

A criminalização dos erros obstétricos e a garantia ao direito à presença de acompanhante como forma de dar mais segurança para a mulher na hora do parto foi consenso entre os participantes do encontro, organizado pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado, pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e pelos gabinetes das deputadas Rosângela Gomes (PRB-RJ) e Benedita da Silva (PT-RJ).

“O racismo institucional significa a continuação da lógica racista. Ele tem caráter extremamente doloroso”, pontuou a deputada Erika Kokay (PT-DF). Já a deputada Carmen Zanotto (PPS-SC) falou sobre a necessidade de atuar na educação dos profissionais de saúde. “Não adianta formar enfermeira obstétrica se ela está saindo da faculdade

como quando não existia racismo institucional”, ponderou.

A coordenadora de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, Esther Vilela, disse que o Brasil ainda não atingiu a meta do milênio que determina a redução da mortalidade materna até o fim deste ano. Atualmente, morrem no Brasil 69 mulheres a cada 100 mil partos de nascidos vivos, mas pelas metas da Organização das Nações Unidas (ONU), esse número deveria ser de no máximo 30 mulheres.

Larissa Borges, da Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), acredita que as mulheres precisam estar empoderadas e bem informadas sobre todos os momentos da gestação, já que as mulheres negras e quilombolas possuem historicamente conhecimento do próprio corpo.

Ao lembrar que o ato de nascer deve ser vivido de forma normal, natural e feliz para a mãe, o pai e a criança, a professora Isabel Cruz, da Universidade Federal Fluminense, responsabilizou o racismo institucional pela elevada incidência

da morte materna entre as mulheres negras. Ela disse ser necessário “desconstruir o racismo institucional como questão social, para que a gestação e o parto sejam sinônimos de vida e não de morte para as mulheres negras”.

Rurany Ester, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, afirmou que o Programa de Atenção Integral de Saúde da Mulher (PAISM), de 1985, e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, de 2005, foram iniciativas importantes para enfrentar o problema.

Também participaram da mesa de debates Jurema Werneck, da ONG Criola e Laerte Martins, da Articulação de Organizações de Mulheres Negras (AMNB).

Estiveram presentes na audiência os titulares da comissão, Adelmo Carneiro Leão (PT-MG), Antonio Brito (PTB-BA), Diego Garcia (PHS-PR), João Marcelo Souza (PMDB-MA) e Jorge Solla (PT-BA). Também compareceram Bruna Furlan (PSDB-SP), Dirceu Seráfico (PP-PR), Janete Capiberibe (PSB-AP) e Odorico Monteiro (PT-CE).



Esther Vilela, do Ministério da Saúde, mostra dados oficiais sobre saúde da mulher negra

EXPEDIENTE – Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Procuradora: senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Coordenadora: Milena Flores

Projeto gráfico: Secom/Comark

Diagramação: Beto Alvim, Secom/Jornal do Senado

Textos e edição: Rita Rebelo e Carla Belizária

Equipe de apoio: Isis Marra

Jornalista responsável: Rita Rebelo (Reg. Profissional 4321/DF)

Endereço: Senado Federal, Anexo II, Primeiro Andar

Praça dos Três Poderes - CEP 70165-900 - Brasília-DF

Telefones: (61) 3303-1710 / 0800 612 211

E-mail: procuradoria.mulher@senado.leg.br



Procuradoria da Mulher do Senado



@SenadoMulher



www.senado.leg.br/procuradoria